

Sob risco de sofrer um calote estariam os assalariados

JOSÉ NEGREIROS

BRASÍLIA — O plano com o qual o ministro Paulo Haddad pretendia derrubar a inflação, baseado numa política de prefixação da expansão da moeda — como o GLOBO noticiou — só implicaria calote na hipótese de não ser mudada, por exemplo, a regra de reajuste salarial. Em relação à dívida interna, não haveria calote porque os títulos federais continuariam remunerados segundo a expectativa de in-

flação futura; esta é que passaria a ser descendente. Não seria preciso portanto qualquer acerto de contas em relação ao passado, como no caso dos salários.

Essa é a opinião de economistas do Governo e consultores privados, que partem do pressuposto de que Haddad já havia descartado a alternativa inicial (troca de títulos de curto prazo por outros de longo prazo) e consideravam a segunda — privatização acelerada — como comple-

mentar à prefixação. Os economistas falam de “agregado monetário” porque consideram que é preciso recorrer a um conceito mais amplo de moeda, que inclua, além do dinheiro em circulação ou depositado nos bancos, os títulos da dívida de curto prazo (Bônus do BC, em torno de US\$ 20 bilhões). O crescimento da quantidade de moedas e títulos seria prefixado: teria um limite que mês a mês decresceria. A idéia é que, a partir daí, preços, salários e juros, seguiriam

tal tendência, por imposição da realidade do mercado ou, de preferência, por acordo — e neste caso, como seria uma perda consentida, não se trataria de calote, argumentam os técnicos.

Os salários seriam o problema. Ministros como Walter Barreli, do Trabalho, e Luiza Erundina, da Administração, certamente teriam restrições a uma mudança que não garantisse a manutenção do poder aquisitivo médio.